

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV E A ACORDANTE, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO NA RENDA MENSAL DO RESPECTIVO BENEFÍCIO NA FORMA DA LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

Publicado no DOU nº 100
de 27 / 05 / 16
Seção 03 Fls. 105

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992 e pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, neste ato representado por sua Diretora de Benefícios, CINARA WAGNER FREDO, CPF/MF nº 003.747.539-89, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília-DF, doravante denominada **DATAPREV**, neste ato representada por seu Presidente RODRIGO ORTIZ D'ÁVILA ASSUMPCÃO, CPF/MF nº 105.508.858-03 e por seu Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, CPF/MF nº 865.512.487-72 e o **BANCO DO BRASIL S.A**, CNPJ nº 00.000.000/0001-91 com sede ao Setor de Autarquias Norte SN Quadra 05 - Asa Norte – Brasília - DF - CEP: 70040-912, doravante designada **ACORDANTE**, neste ato representada por seu Gerente Geral da Agência Governo Federal ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA, CPF/MF nº 214.769.422-34, celebram o presente ACORDO em conformidade com as disposições contidas no artigo 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 alterado pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 agosto de 2004, conforme cláusulas e condições abaixo ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto a operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal ou operação com cartão de crédito com a **ACORDANTE**, partícipe deste acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A **ACORDANTE**, desde que observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de

Ordio Luiz Rocha J. dos Santos
Coordenador Jurídico
da Direção Financeira, Tributária e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

TERMO DE ACORDO DO BANCO DO BRASIL S.A

João Francisco dos Santos Júnior
Consultor Jurídico - CUIR
Página 1 de 14
OAB/PS - 11.804

Rogério Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento e Informações
OAB/RJ - 147.870

Alexandre Rossi
OAB/RJ - 147.870

EM BRANCO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E INSCRIÇÃO
CARTÃO DE REGISTRO Nº 123456789
DATA DE EMISSÃO 10/10/2023

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E INSCRIÇÃO
CARTÃO DE REGISTRO Nº 987654321
DATA DE EMISSÃO 10/10/2023

benefícios, com pagamento mediante consignação na renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários.

Parágrafo Único. Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os titulares de benefícios deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste ACORDO, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I – do INSS:

- a) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta “reservas bancária” definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB-Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- b) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **ACORDANTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- c) cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

II – da DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético – “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado – as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações do contra-recibo para a **ACORDANTE** efetuar o respectivo ressarcimento do custo operacional de desenvolvimento, alterações de sistemas, manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Disciplina, Treinamento e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

Rodrigo Ortiz Assumpção
Presidente

Joel Ivanildo Dias Júnior
Consultor Jurídico - OAB/RJ
OAB/RJ - 11.634

Alexandre Rossi
OAB/RJ 147.870

Regina Souza Mascarenhas
Coordenadora de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações

EM BRANCO

Departamento de Administração
Fomento Social - Alameda
Largo de São Carlos

Departamento de Administração
Fomento Social - Alameda
Largo de São Carlos

- f) utilizar de forma específica o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

III - da ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **ACORDANTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à DATAPREV de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 de cada mês até o 2º dia útil do mês seguinte;
- d) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais- Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- e) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou legislação em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- k) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da ACORDANTE ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Processual
OAB/DF - 23.642

João Paulo Dias Júnior
Consultor Jurídico - CUIR
OAB/PE - 11.934

Alexandre Rossi
OAB/RJ 147.870

EM BRANCO

- l) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- m) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- o) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- p) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

A **ACORDANTE** responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à DATAPREV, na forma prevista na alínea "b", do inciso III, da Cláusula Terceira, sob pena de descredenciamento se apurado quantitativo considerável de irregularidades.

Parágrafo Primeiro. A autorização para a efetivação da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

Parágrafo Segundo. Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização da **ACORDANTE** ou caso esta não atenda o contido na alínea "e", do inciso III, da Cláusula Terceira.

Parágrafo Terceiro. Havendo a utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando for obtida a partir de comandos gerados pela aposição de senha ou assinatura digital do titular do benefício em sistemas eletrônicos de forma que possa atender ao disposto na alínea "f", inciso III da Cláusula Terceira.

Parágrafo Quarto. A autorização do titular do benefício para a consignação do empréstimo ou para a constituição de reserva de margem consignável-RMC não poderá ser feita por telefone, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz.

Parágrafo Quinto. A **ACORDANTE** deverá cientificar previamente o titular do benefício das informações abaixo elencadas:

- I) valor total com e sem juros;
- II) taxa efetiva mensal e anual de juros;
- III) todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;
- IV) valor, número e periodicidade das prestações;
- V) soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito; e
- VI) data do início e fim do desconto.


Otávio Luiz Rgeria F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

TERMO DE ACORDO DO BANCO DO BRASIL S.A.


Rogério Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações
Página 4 de 14


José Inácio Dias Júnior
Consultor Jurídico - OAB/RJ
OAB/PB - 11.934


Alexandre Rossi
OAB/RJ 147.670

EM BRANCO

078, 141, 191

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

I – do INSS:

Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas na Cláusula Primeira, restringir-se-á à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse à **ACORDANTE**, no prazo estabelecido na alínea "a" do inciso I, da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste ACORDO.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

II – da DATAPREV:

Em caso de não ser efetuado o processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da DATAPREV, esta deverá comunicar a ocorrência à **ACORDANTE**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o início da validade dos créditos da competência, para que esta possa tomar as providências necessárias quanto a cobrança das prestações, na forma constante do contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo o não processamento integral na forma prevista neste inciso será imputado à DATAPREV o mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, por cada parcela consignável não processada.

Parágrafo Segundo. Os custos, a que se refere o parágrafo anterior desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pela **ACORDANTE**.

III – da ACORDANTE:

A **ACORDANTE** se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre a **ACORDANTE** e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário, a **ACORDANTE** será responsável pela restituição dos valores corrigidos nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS.

Parágrafo Segundo. Quanto às operações de consignação realizadas, será de total responsabilidade da **ACORDANTE**, prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários.

Parágrafo Terceiro. A **ACORDANTE** adequará seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento do presente termo, respeitado as operações já realizadas e o objeto deste ACORDO


Otávio Luto de F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642


Rodrigo Ortiz Assumpção
Presidente


Rogério Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações


Alexandre Rossi
Consultor Jurídico - OAB/RJ
OAB/PB - 11.970


Alexandre Rossi
OAB/RJ 147.870

CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES

O Plano de Trabalho que integra este ACORDO, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários para execução do objeto.

Parágrafo Primeiro. A autorização do titular do benefício para que ocorra a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura do titular no formulário previsto como anexo da Instrução Normativa editada pelo INSS ou, desde que contenha todos os dados do anexo, no contrato de empréstimo que contenha cláusula autorizativa para consignação e, em casos de autorização eletrônica, esta deverá seguir o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo. A troca de informações entre a DATAPREV e a **ACORDANTE** está especificada no "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, ALTERAÇÕES DE SISTEMAS, MANUTENÇÃO DE BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO.

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

Parágrafo Primeiro. Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de todo desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

Parágrafo Segundo. O INSS, neste ato, expressamente, concede a autorização para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo o crédito consignado seja feito pela **ACORDANTE**, diretamente em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV, até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações.

Parágrafo Terceiro. Caso a **ACORDANTE** não efetive o ressarcimento dos custos mencionados nesta cláusula devidos à DATAPREV no prazo estabelecido no parágrafo anterior, sobre estes incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do IGP-M ocorrido entre a data de vencimentos e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

Parágrafo Quarto. Os valores dos custos a serem ressarcidos poderão ser revistos em prazos e formas conforme especificações técnicas apresentadas formalmente e publicamente pela Dataprev as instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo Quinto. Também deverão ser ressarcidos a DATAPREV os custos envolvendo reproprocessamento de arquivos, procedimentos de migração de contratos ou carteiras, ou qualquer outra rotina excepcional criada para atendimento específico a ACORDANTE em razão de problemas ocorridos nesta última ou necessidades legais ou normativas.

Parágrafo Sexto. Os custos excepcionais de que tratam o parágrafo anterior, terão seus valores apresentados em planilha específica e comunicada formalmente a ACORDANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação.

...

...

...

...

...

EM BRANCO

...

...

...

...

...

...

CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste ACORDO, as obrigações e responsabilidades do **INSS**, da **ACORDANTE** e da **DATAPREV**, ou seus sucessores, conforme aqui ajustados, relativamente aos empréstimos e operações com cartão de crédito, já concedidos.

Parágrafo Primeiro. A execução do objeto deste ACORDO poderá ser suspensão, pelos prazos fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, para envio de arquivo contendo novas contratações de empréstimos ou operações com cartão de crédito, por determinação do INSS, em caso de constatação de registro de irregularidades quanto às operações realizadas pela **ACORDANTE**, descumprimento de cláusulas convencionadas e de normas editadas e/ou por não atendimento das solicitações de informações enviadas.

Parágrafo Segundo. O ACORDO com suspensão parcial pelos motivos discriminados no parágrafo antecedente, poderá ter a penalidade cancelada caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou rescindido caso a **ACORDANTE** apresente reiteradamente registros de irregularidades, não observando o contido nas cláusulas conveniadas ou normas expedidas por este Instituto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente ACORDO será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente ACORDO.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Publicado no DOU nº 100,
de 27/05/16,
Seção 03 Fol. 105

Brasília, 20 de maio de 20 16

Pelo INSS:


CINARA WAGNER FREDO

Pela DATAPREV:


RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPCÃO


ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela ACORDANTE:


ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA


Otávio Luiz Pereira F. dos Santos
Coordenador Jurídico da Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642


José Ivanildo Des Junior
Consultor Jurídico - C.JUR
OAB/RJ - 11.634


Alexsandro Rossi
OAB/RJ 147.870

INSTITUTO NACIONAL DO
SEGURO SOCIAL - INSS
20 MAIO 2016
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS
DECONB

Testemunhas:

INSS Karine Lôrtes Segurado
CPF/RG Nº 712.151.581-48

DATAPREV [assinatura]
CPF/RG Nº

Claudia Ferreira da Silva
Gerente do Departamento de
Relacionamento e Negócios (DENE)
Matrícula 247880

ACORDANTE Ana Kelly Silva Santos
CPF/RG Nº 699717221-00
1836551 DF

[assinatura]

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

Rodrigo Ortiz Assunção
Presidente

Rogério Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações

Alexandre Rossi
OAB/RJ 47.670

Unidade Perceção da Situação
Gabinete do Departamento de
Relacionamento e Informação (DREI)
Município de São Paulo

EM BRANCO

Roberto Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento
Desenvolvimento e Informação

04811 14.010
Unidade Perceção da Situação

PLANO DE TRABALHO

PROCESSO nº: 35000.000280/2016-14

INTERESSADO: BANCO DO BRASIL S.A

CNPJ nº 00.000.000/0001-91

ENDEREÇO: Setor de Autarquias Norte SN Quadra 05 - Asa Norte – Brasília – DF.

CEP: 70040-912

Telefone: 61- 3104-5820

E-mail: diempconsignacao@bb.com.br

ASSUNTO: ACORDO para consignação de empréstimos e/ou operação com cartão de crédito nas rendas mensais dos benefícios previdenciários, conforme Lei nº 10.820/2003 com redação dada pela Lei nº 10.953/2004 e Decretos: nº 4.862/2003 e 5.180/2004.

1 - OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no artigo 6º, da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 de agosto de 2004.

2 - DAS METAS:

- a) consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e/ou cartão de crédito, contraídos pelos titulares de benefícios previdenciários junto às **ACORDANTES**;
- b) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para as **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** credoras dos titulares de benefícios previdenciários;
- c) possibilitar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários menores que as praticadas no mercado;

3 - ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações.	Após a publicação do ACORDO.
3.2 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações efetivadas por meio de cartão de crédito.	A partir do dia 25 de cada mês até o segundo dia útil do mês seguinte, para processamento do benefício do mês corrente.
3.3 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela ACORDANTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações.	Até o segundo dia útil de cada mês, para processamento do benefício do mês corrente.
3.4 Data de envio de arquivo magnético, pela DATAPREV, contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos	Até o segundo dia útil de cada mês, para processamento do benefício do mês corrente.

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

TERMO DE ACORDO DO BANCO DO BRASIL S.A

Página 9 de 14

Alexandre Rossi
OAB/RJ 147.870

itens 3.2 e 3.3.	
3.5 Envio do arquivo pela DATAPREV informando à ACORDANTE o resultado do processamento mensal das consignações, operações com cartão de crédito e glosas.	Cinco dias úteis antes do início da validade do primeiro pagamento de benefício.
3.6 Repasse dos valores referentes às consignações efetuadas, em parcela única, pelo INSS às ACORDANTES.	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.7 Repasse à DATAPREV, pelas ACORDANTES, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado.	Até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações o valor será creditado em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV. O ressarcimento será efetuado por meio de contra-recibo emitido pela DATAPREV, discriminando o seguinte texto: <i>"este valor total refere-se ao ressarcimento dos custos operacionais de desenvolvimento, alterações de sistemas e manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado nos benefícios previdenciários conforme autorização do INSS prevista na cláusula Sétima deste ACORDO celebrado entre a ACORDANTE e o INSS em razão de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, previsto no inciso V do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 10.820/03, Decreto 4862/03."</i>
3.8 Liberação do valor do empréstimo pela ACORDANTE ao titular do benefício.	48hs (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada.

4 - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

I - DO INSS:

- repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **ACORDANTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta "reservas bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **ACORDANTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **ACORDANTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN ou conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **ACORDANTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

Rodrigo Ortiz Assunção
Advogado
OAB/DF - 23.642

Rogério Souza
Advogado
OAB/DF - 23.642

Alexina Rossi
OAB/RJ - 147.870

EM BRANCO

Recebido em 20/11/2013
Diretoria de Registro e Arquivamento
Protocolo nº 123456789

Carilene Krieger
CARIL KAT 010

benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

II – DA DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **ACORDANTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste ACORDO;
- b) enviar à **ACORDANTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **ACORDANTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **ACORDANTE** por arquivo magnético conforme “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado - as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste ACORDO;
- f) utilizar especificamente o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **ACORDANTE** e a DATAPREV.

III – DA ACORDANTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste ACORDO aos titulares de benefício que autorizaram os descontos diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a ACORDANTE deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou do cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **ACORDANTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- d) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;

Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Empresarial
OAB/DF - 23.642

TERMO DE ACORDO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Página 11 de 11

Roberto Souza Lima
Diretor de Relacionamento
Desenvolvimento e Informação

Alexandre Rossi
OAB/RJ 147.870

EM BRANCO

Região de Registro de Imóveis
de São Paulo - SP
Inscrição nº 123.456.789
Data de Registro: 12/12/2023
Valor de Registro: R\$ 1.000,00

Região de Registro de Imóveis
de São Paulo - SP
Inscrição nº 987.654.321
Data de Registro: 12/12/2023
Valor de Registro: R\$ 1.000,00

Assinado por: [Assinatura]
Data: 12/12/2023

- e) restituir os valores, corrigidos, nos casos de ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da notificação expedida pelo INSS ou da manifestação direta do próprio titular do benefício;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste ACORDO quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou da legislação pertinente em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o **INSS** para troca de informações referentes à operacionalização deste ACORDO e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste ACORDO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **ACORDANTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- n) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste ACORDO valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- o) encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- p) a **ACORDANTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- q) a **ACORDANTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- r) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e

EM BRANCO

Contabilidade pela **ACORDANTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

5 - DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação, a 35 (trinta e cinco) por cento do valor da renda mensal do benefício e a reserva de margem consignável-RMC não poderá exceder a 05 (cinco) por cento dentro dos 35 (trinta e cinco) pontos percentuais acima e obedecendo ao previsto na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

6 - DOS CUSTOS:

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **ACORDANTE**.

7 - DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do ACORDO terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1 do cronograma deste Plano de Trabalho, ficando, a vigência e a prorrogação, vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo de ACORDO.

Publicado no DOU nº 100,
de 27 / 05 / 16
Seção 03 Fls. 105

Brasília, 20 de maio de 20 16

Pelo INSS:

CINARA WAGNER FREDO

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela ACORDANTE:

ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
20 MAIO 2016
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS DCONB

Otávio Luiz Regina F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

Testemunhas:

INSS

CPF / RG nº

DATAPREV

CPF/RG nº

ACORDANTE

CPF/RG nº

Claudia Ferreira da Silva
Gerente do Departamento de
Relacionamento e Negócios (DENE)
Matrícula 247880

EM PR...

EM BRANCO

2020-01-22
07:00 PM

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OU CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

EU, _____,
Brasileiro(a), residente à _____,
data de nascimento _____, portador do benefício nº _____,
pelo presente autorizo que se promova a

(consignação do empréstimo ou constituição da margem consignável)
no meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira consignatária

conforme previsão legal contida no artigo 6º da Lei nº 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154
do Decreto nº 3.048/99, com as seguintes características:

Valor total do empréstimo

Valor mensal a ser descontado no benefício previdenciário

Número de prestações

Taxa efetiva mensal e anual de juros

Soma total a pagar

Outras informações, caso hajam:

Acréscimos remuneratórios

Acréscimos Moratórios

Acréscimos Tributários

LOCAL E DATA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL


Otávio Luiz Rocha F. dos Santos
Coordenador Jurídico de Administração Interna e
de Direito Financeiro, Tributário e Disciplinar
OAB/DF - 23.642

TERMO DE ACORDO DO BANCO DO BRASIL S.A


Rodrigo Ortiz Assumpção
Presidente

Rogério Souza Mascarenhas
Diretor de Relacionamento,
Desenvolvimento e Informações


Alexine Rossi
OAB/RJ 147.870

EM BRANCO

075 741 19 370



obtenção de silício metálico grau solar e qualificação em células solares" projeto de P&D Anel Lei nº 9.991/2000. Empresa vencedora do Item 001: Oxicamp Equipamentos Industriais Limitada - Epp. Valor total Item 001: R\$ 17.008,42.

RONALDO AUGUSTO CUNHA
Pregoeiro

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

EXTRATO DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

1. Licitação: PE/CSCRA.00073.2013. 2. Instrumento: Contratual: 8000006928 - Aditamento nº 05. 3. Nome da Empresa: Salute Locação e Empreendimentos LTDA. 4. Objeto: Alteração das Cláusulas: 22 - Prazo e 25 - Valor do Termo Contratual. 5. Prazo Contratual: 21/12/2013 a 30/04/2017. 6. Valor Contratual: R\$ 1.976.194,29. 7. Data da Assinatura: 29/04/2016.

1. Processo nº PE/CSS.A.00019.2016. 2. Instrumento Contratual: CT 8000009030. 3. Nome da Empresa: ABEX COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP. 4. Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual, para entrega no município de Campinas - SP. 5. Valor da Contratação: R\$ 28.437,23. 6. Prazo de vigência: 12 meses. 7. Data de Assinatura: 30/05/2016.

1. Instrumento Contratual: Contrato de Patrocínio de Eventos nº 96/0000041. 2. Nome da Empresa: Viver Representações Turismo, Assessoria e Consultoria Ltda. 3. Objeto: Patrocínio para realização da "2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - 2ª CNATER". 4. Valor: R\$ 30.000,00. 5. Data de Assinatura: 06/05/2016. 6. Dispositivo Legal: Lei 8666, artigo 116.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CO.GCMA.00005.2016.

1. CO.GCMA.00005.2016. 2. Objeto: Serviços de Recuperação do Sistema de Drenagem das Águas Pluviais das Instalações de Furnas, localizadas em Aparecida de Goiânia/GO. 3. Empresas Habilitadas: ALFAA Pavimentações e Serviços Ltda, Construtora Minas Nova Ltda, Defesa Florestal Ltda, JB Construtora Ltda, SR Construções e Serviços Eireli, Unida Engenharia e Serviços Eireli-ME e Vertical Green do Brasil Ltda. 4. Empresas Inabilitadas: C&A Construtora Ltda, Eliger Construtora Ltda e Vento Sul Engenharia Ltda. 5. Comunicamos que a abertura das Propostas das empresas habilitadas se dará às 10h do dia 14/06/2016, na Rua Real Grandeza nº. 219, Bloco C, sala 706 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ.

LUIZ FERNANDO DA COSTA E CUNHA
Gerente da Divisão de Compras

COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Autorização de Compra nº 072/2016 Contratantes: Companhia Energética de Alagoas/Whirlpool S/A-Unidade de Eletrodomésticos-Objeto: Fornecimento de geladeiras, projeto Eficiência Energética da EDAL na conformidade do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 078/2014, delatado por Companhia Energética de Alagoas Valor Global: R\$213.072,20.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo de Prazo 133/2013-B Contratantes: Companhia Energética de Alagoas/UNUS-Engenharia Ltda. Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o Parecer nº 092-PRJ/2016. Termo Aditivo 133/2013-C Contratantes: Companhia Energética de Alagoas/UNUS-Engenharia Ltda. Objeto: Alteração da cláusula quarta, inclusão da cláusula da política do Banco Mundial.

ELETOBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Eletrobrás Participações S.A. - ELETOPAR CONTRATADA: Banco Bradesco S.A. OBJETO: Prestação de serviços de administração de ações escriturais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. VALOR: R\$ 197.812,00 (cento e noventa e sete mil, oitocentos e doze reais). VIGÊNCIA: Prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses. DATA DE ASSINATURA: 17/05/2016. SIGNATÁRIOS: Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo - Diretor-Presidente e Jorge José Teles Rodrigues - Diretor Superintendente e de Relações com Investidores, pela Contratante; Fabiano Botignon Kosaka e Fábio da Cruz Tomo, pela Contratada.

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO Nº 17/2016

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A torna público o resultado de julgamento do pregão em tela, conforme a seguir: empresa vencedora: ENERTECH COMERCIAL EIRELI, item 01, valor total: R\$ 98.500,00.

(SIDE/C - 30/05/2016)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032016053100102

PREGÃO Nº 33/2016

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A torna público o resultado de julgamento do pregão em tela, conforme a seguir: empresa vencedora: ANALYSER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - EPP, item 02, valor total: R\$ 18.285,00. O item 01 foi revogado em razão de nenhuma empresa participante atender as exigências do edital.

(SIDE/C - 30/05/2016)

PREGÃO Nº 65/2016

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A torna público o resultado de julgamento do Pregão em tela, conforme a seguir: empresa vencedora: AMAZONAS IMPERIAL LTDA - ME, grupo 01, valor total: R\$ 14.936,00.

RAYMUNDO EDUARDO DA CRUZ ALVES
Gerente do Departamento de Licitação e
Suprimento de Materiais e Serviços.

(SIDE/C - 30/05/2016)

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS NO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/DEAMP/2016 - SRP

Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisições futuras de materiais para manutenção predial, de consumo regular, para atender às necessidades do Escritório do Rio de Janeiro, conforme as especificações e os detalhamentos constantes do Termo de Referência - Anexo I, deste Edital. - Processo nº 0064B/16 - Data de Abertura das Propostas: 09/06/2016 às 9 horas - Início da Sessão de Disputa de Preços: 09/06/2016 às 9h30min - Edital: A disposição dos interessados gratuitamente nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.cprm.gov.br.

MARIA SALETE SANT'ANNA DOS SANTOS
Pregoeiro

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016 - UASG 323018

Nº Processo: 48416958077201691. Objeto: Prestação de serviço de manutenção na rede de computadores no âmbito da Superintendência do DNPM/AP. Tipo de Bens: Licitados. 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: O valor do serviço é menor que o limite prescrito na Lei. Declaração de Dispensa em 26/04/2016. JOANA DARC MONTEIRO SOUZA, Chefe do Sgadm/dnmp/ap. Ratificação em 26/04/2016. JOSE ENOILTON CARNEIRO LEITE, Superintendente do Dnmp/ap. Valor Global: R\$ 2.100,00. CPF CONTRATADA: 000.603.422-50. ANTONIO BRUNOTEIXEIRA DE SOUZA.

(SIDE/C - 30/05/2016) 323018-32263-2016NE800027

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

AVISO DE LICENÇA

UNIDADE DE OPERAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA BACIA DE SANTOS - UO-B/S torna público que requereu no dia 16 de maio de 2016, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Instalação nº 903/2012, que autorizou as atividades de instalação do FPSO Cidade de São Paulo, unidade de produção responsável pelo Piloto do Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás de Sapinhoá, no âmbito da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 1.

Santos-SP, 30 de maio de 2016.
OSVALDO KAWAKAMI
Gerente Geral

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 550005

Número do Contrato: 31/2014.
Nº Processo: 71000107848201330.
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2014. Contratante: SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS - ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO - CNPJ Contratado: 59456277000176. Contratado: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA - Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 31/2014 por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 16/05/2016 a 16/05/2017. Valor Total: R\$714.905,59. Fonte: 151000000 - 2016NE800113. Data de Assinatura: 16/05/2016.

(SICON - 30/05/2016) 550005-00001-2016NE000001

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No Extrato de do Convênio 817688/2015, Processo 71001.026775/2015-38, publicado no DOU dia 18/01/2016, Seção 03 página 141, do Estado do Ceará/CE, onde se lê: Natureza da Despesa 443041/09, leia-se: Natureza da Despesa 443041 e onde se lê: e pelo Conveniente Camilo Sobreira de Santana, Governador do Estado do Ceará/CE CPF 289.585.273-15, leia-se: e pelo Conveniente Josphertini Virgínio Clementino CPF 775.684.513-72. Secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará/CE.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

EXTRATO DE DOAÇÃO

DOADOR: a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, DONATÁRIO: Município de Taubaté/MG. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo a doação de equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos do Convênio nº 106/2009, por parte do DOADOR ao DONATÁRIO, com a finalidade de assegurar a continuidade de programa governamental, conforme parágrafo único do art. 26 da Instrução Normativa nº 01/97, da STN/MF, inciso II, alínea "a" e o Parágrafo 4º do art. 17, da Lei nº 8.666/93 e Subcláusula Única da Cláusula Décima-Tercera do referido Convênio. DATA DE ASSINATURA: 06 de maio de 2016. SIGNATÁRIOS: ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - CPF nº 877.064.669-49 e DANILO MENDES RODRIGUES, Prefeito Municipal de Taubaté/MG - CPF nº 038.155.556-98.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EXTRATO DE RESCISÃO

INSTRUMENTO: Processo nº. 35000.001258/2008-73. ESPÉCIE: Rescisão de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO DO BRASIL S/A. OBJETO: Fica rescindido o convênio datado de 21/06/2011, publicado no DOU nº 120 de 24/06/2016, firmado para operar consignações e ou retenções decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, devido à celebração de novo Termo de Acordo por meio do Processo nº. 35000.000280/2016-14.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE EM RECIFE GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM JOÃO PESSOA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 510510

Número do Contrato: 14/2012. Nº Processo: 35172000618201062. DISPENSA Nº 3/2012. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 03376011000169. Contratado: FEMAX CONSULTORIA EIRELI - EPP - Objeto: Revisão do valor locativo da APS Bayeux, pertencente a Gerência Executiva do INSS em João Pessoa. Fundamento Legal: Art. 19 da Lei 8245/91. Vigência: 04/06/2016 a 03/06/2017. Valor Total: R\$372.000,00. Fonte: 118033908 - 2016NE800190. Data de Assinatura: 30/05/2016.

(SICON - 30/05/2016) 512006-57202-2016NE800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



EXTRATO DE CONTRATO Nº 18000/2016 - UASG 373040

Nº Processo: 54230006072201571.

PREGÃO SRP Nº 18/2015. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO-E REFORMA AGRARIA. CNPJ Contratado: 03584553000127. Contratado: DEMACAMP PLANEJAMENTO, PROJETO E-CONSULTORIA S/S LTDA - Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para a elaboração de 05 (cinco) relatórios antropológicos referente ao Lote 02 do Pregão eletrônico (SRP) nº 18/2015. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislações. Vigência: 25/05/2016 a 24/05/2017. Valor Total: R\$300.000,00. Fonte: 176370002 - 2016NE800145. Data de Assinatura: 25/05/2016.

(SICON - 25/05/2016) 373040-37201-2016NE800080

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº 22004/2016 - UASG 373040

Número do Contrato: 22000/2014.

Nº Processo: 54230000688201457

DISPENSA Nº 19/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO-E REFORMA AGRARIA. CNPJ Contratado: 02932883000101. Contratado: AGROFORT SERVICOS AGROPECUARIOS - LTDA - ME. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais 100 (cem) dias, o contrato CRT/MA nº 22.000/2014, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições do referido contrato. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislações. Vigência: 24/05/2016 a 31/08/2016. Data de Assinatura: 20/05/2016.

(SICON - 25/05/2016) 373040-37201-2016NE800080

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato 7000/2016, firmado entre o Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA-SR-01 e a empresa CLARO S/A. Processo Administrativo 54100.00224/2015-89 - Objeto: Prestação de serviços de telefonia fixa comutada, fixo-fixo, fixo-móvel, local, longa distância nacional, a ser executado de forma contínua conforme condições e especificações contidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos em proveito da sede da Superintendência do INCRA/PA-SR(01) - valor total do contrato R\$ 34.801,72 - vigência do contrato 29.04.2016 a 28.04.2017 - Data assinatura: 29.04.2016 - signatário: Nazareno de Souza Santos - Superintendente Regional do INCRA/SR-01/PA - Wander Magalhães Cactano de Almeida - Gerente Executivo de Vendas Empresa CLARO S.A.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10000/2016 UASG 373030

Processo: 5410000037201612. DISPENSA Nº 8/2016. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO-E REFORMA AGRARIA. CNPJ Contratado: 10513723000148. Contratado: L DO NASCIMENTO R GUIMARAES - ME - Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de carimbos, fechaduras, molas e/ou prestação dos serviços de manutenção de portas de vidro blindex, molas hidráulicas, fechaduras etc.. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 24/05/2016 a 31/12/2016. Valor Total: R\$5.785,00. Fonte: 176370002 - 2016NE800270. Fonte: 176370002 - 2016NE800271. Data de Assinatura: 24/05/2016.

(SICON - 25/05/2016) 373030-37201-2016NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 26001/2016 - UASG 373067

Número do Contrato: 26000/2015.

Nº Processo: 54200002248201572.

PREGÃO SISPP Nº 8/2015. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO-E REFORMA AGRARIA. CNPJ Contratado: 07658074000169. Contratado: JURISEG SEGURANCA E VIGILANCIA - LTDA - EPP. Objeto: Alteração das Cláusulas Terceira e Quarta do referido contrato. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais instrumentos legais. Valor Total: R\$35.446,20. Fonte: 176370002 - 2016NE800006. Fonte: 176370002 - 2016NE800028. Data de Assinatura: 25/05/2016.

(SICON - 25/05/2016) 373067-37201-2016NE800231

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EXTRATO DE ACORDO

INSTRUMENTO: Processo nº. 35000.000280/2016-14. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO DO BRASIL S.A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº. 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº. 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contrato empréstimo pessoal e/ou operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 20/05/2016. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: CINARA WAGNER FREDO, Diretora de Benefícios; pela DATAPREV: RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPCÃO e ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações, pela Instituição Financeira: ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA, Gerente Geral da Agência Governo Federal. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

DIRETORIA DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE LICITAÇÕES E CONTRATOSAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52016 UASG 512006

Processo: 35000000098201655 - Objeto: Aquisição de materiais de consumo (CFAI/INSS) para ações educacionais e eventos institucionais, para atender as 05 (cinco) Superintendências Regionais (SR) e para uso nas capacidades do CFAI desta Administração Central em Brasília/DF, conforme detalhamentos constantes no Termo de Referência, para contratações futuras. Total de Lances Licitação: 00002. Edital: 27/05/2016 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 17h59. Endereço: Sas Quadra 02 Bloco O Sala 505 Asa Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/512006-05-5-2016. Entrega das Propostas: a partir de 27/05/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 08/06/2016 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

GILVANEIRE CAVALCANTI BELTRAO
Coordenadora-geral de Licitações e Contratos

(SICON - 25/05/2016) 512006-57202-2016NE800049

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE
EM RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2016 UASG 510677

Número do Contrato: 1/2013. Processo: 35662000007201345. PREGÃO SISPP Nº 1/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado: CLARO S.A. - Objeto: Prorrogação por mais 12 meses e a supressão de 22,98% do valor inicial atualizado do contrato nº 01/2013. Fundamento Legal: Art. 65, parágrafo primeiro do inciso "d" da Lei nº 8.666/93. Vigência: 12/04/2016 a 12/04/2017. Data de Assinatura: 08/04/2016.

(SICON - 25/05/2016) 512006-57202-2016NE800001

GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM FORTALEZA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

Considerando a devolução pelos Correios dos ofícios de defesa encaminhados pelo INSS ao endereço constante do Cadastro do Sistema Único de Benefícios, o término do prazo para apresentação de defesa conforme publicação de Edital de Defesa e em cumprimento ao disposto no art. 305 do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto 3.048 de 6/5/99, facultamos aos interessados abaixo relacionados o prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste edital, para recorrer da decisão de suspensão/cessação dos benefícios e/ou cobrança dos valores indevidos, bem como vistas ao dossiê relativo ao assunto comunicado, na Agência da Previdência Social de manutenção do benefício:

APS MARANGUAPE: NB: 114.616.521-5 - Francisco José de Sousa Anjos; NB: 701.424.336-6 - Manoel Gregório do Nascimento; NB: 049.857.008-8 - Tereza Augusto de Souza; NB: 537.860.244-7 - Raimunda Oliveira Rocha. APS FORTALEZA SUL: NB: 88.701.858.464-8 - Paulo Cunha Lima. APS CASCAVEL: NB: 094.717.453-2 - Maria Simone de Oliveira Costa; NB: 095.271.266-0 - Maria Leite Rocha; NB: 090.335.317-2 - Albertina Pereira da Silva; NB: 028.607.895-3 - Edmundo Inácio da Silva; NB: 098.569.557-9 - Paulo Nunes da Costa. APS CAUCAIA: NB: 88.545.375.616-7 - José Raimundo da Costa Silva; NB: 88.543.903.157-6 - Graça da Silva Costa; NB: 12.094.738.170-8 - Arabela Oliveira da Silva Sousa; NB: 87.103.555.097-8 - José Vitor de Souza; NB: 41.083.966.377-3 - Maria Edna do Nascimento Santos. APS FORTALEZA ALDEOTA: NB: 21.083.544.685-9 - José Cyene Frota Junior; NB: 21.084.720.187-2 - Laucy Miranda de Lima.

Considerando a devolução pelos Correios dos ofícios de defesa encaminhados pelo INSS ao endereço constante do Cadastro do Sistema Único de Benefícios devido a não localização do beneficiário ou endereço incompleto constante do Cadastro do Sistema Único de Benefícios, em cumprimento ao disposto no art. 11, da Lei 10.666, de 8/5/03 e em respeito ao princípio do contraditório, facultamos aos interessados abaixo relacionados o prazo de 10 dias, a contar da data da publicação deste edital, para apresentarem defesa escrita, provas ou documentos de que dispuserem, objetivando demonstrar a regularidade dos benefícios, bem como vistas aos dossiês relativos ao assunto comunicado na Agência da Previdência Social de manutenção:

APS MARANGUAPE: NB: 88.545.665.122-6 - José Marques da Silva.
APS FORTALEZA MESSEJANA: NB: 32/111.879.837-3 - Maria Silvanete da Costa; NB: 30/042.416.499-0 - Maria Irene Paulino Rodrigues; NB: 32/074.918.233-4 - Edvaldo Ferreira Marreia.
APS CAUCAIA: NB: 21/145.336.924-1 - Adriano Facundo de Oliveira; NB: 07/095.469.953-0 - José Gomes Pereira e NB: 41/143.077.159-0 - Maria Braga de Andrade.

Considerando a devolução pelos Correios do Ofício de Convocação encaminhado pelo INSS ao endereço constante no cadastro do Sistema Único de Benefícios, devido a não localização do segurado e, em cumprimento ao disposto no art. 11, da Lei 10.666, de 8/5/03, facultamos aos segurados, interessados e/ou representantes abaixo relacionados o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste edital, para comparecer na Agência da Previdência Social relacionada, munido (a) dos documentos de identificação: RG, CPF, Certidão de Nascimento ou Casamento, CTPS, bem como outros documentos pertinentes, objetivando demonstrar a regularidade do benefício.

Informamos que os processos ou dossiês relativos ao assunto comunicado, encontram-se na Agência da Previdência Social de manutenção do benefício para vistas aos interessados.

APS FORTALEZA MESSEJANA: NB: 41/056.115.419*-8 - Francineide Rodrigues Borges; NB: 88/518.537.262-8 - Maria de Jesus Pontes de Carvalho; NB: 87/121.828.280-8 - José Wilton Patrício; NB: 88/137.480.209-0 - Hilda Mesquita do Nascimento; NB: 21/143.200.394-9 - Francineide Rodrigues Borges; NB: 87/107.512.925-4 - Maria Francielle de Lima Sousa.

APS PARACURU: NB: 87/124.261.189-1 - Ernando José da Rocha; NB: 41/056.858.396-5 - Maria Ferreira da Silva; NB: 87/551.026.633-0 - Eliane Gomes Vieira; NB: 41/056.858.361-2 - Maria Martins de Sousa; NB: 41/052.640.491-4 - Rosa Rocha Gomes; NB: 07/051.889.859-8 - João Machado; NB: 21/159.325.273-8 - Vicente Honório da Silva; NB: 41/0108.584.211-5 - Jacinto Ferreira Rocha; NB: 87/114.950.778-8 - Maria Gênczia Mendes; NB: 21/154.260.390-8 - Maria Alves do Nascimento; NB: 21/159.325.396-3 - Maria da Silva Santos; NB: 88/518.006.112-8 - Maria da Silva Santos; NB: 41/064.392.097-8 - Luíza Ferreira dos Santos; NB: 04/096.870.762-9 - José Estêvão de Souza; NB: 12/098.568.324-4 - Maria Augusta de Abreu; NB: 21/100.185.190-8 - Luíza Ferreira dos Santos; NB: 87/543.342.056-2 - Gerardo Marques de Sousa; NB: 41/135.403.192-7 - José Martins dos Santos; NB: 41/143.340.219-7 - Maria José da Silva Santos; NB: 41/149.620.621-2 - José Menezes Mota e NB: 87/151.633.743-0 - Maria Helena Gonçalves de Sousa.

APS CAUCAIA: NB: 41/146.726.094-8 - José Alves Santos.
APS SÃO GONÇALO DO AMARANTE: NB: 41/143.077.377-1 - Ana Maria Matos Correia; NB: 41/143.077.365-8 - José Nilton Pereira de Sousa.
APS PENTECOSTE: NB: 41/143.077.364-0 - Antônio Mendes de Sousa.

Considerando a devolução pelos Correios do ofício de Defesa encaminhado pelo INSS ao endereço constante do Cadastro do Sistema Único de Benefícios, devido a não localização do beneficiário ou endereço incompleto constante do Cadastro do Sistema Único de Benefícios, e em cumprimento ao disposto no art. 11, da Lei 10.666/03 e no art. 154 do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto 3.048/99, o Instituto Nacional do Seguro Social faculta aos interessados(s) abaixo, o prazo de 60 dias, a partir da publicação deste edital, para efetuarem o pagamento do débito por meio de Guia específica (GPS ou GRU) ou solicitarem o parcelamento, no caso de empregado, poderão autorizar ao INSS realizar a consignação do valor do débito em folha de pagamento, bem como fica assegurado vistas ao processo de cobrança na Agência da Previdência Social onde era mantido o benefício. Alertamos que o não ressarcimento dos valores será objeto de Inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial, com possibilidade de inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

APS FORTALEZA MESSEJANA:
Nº Benefício Nome Processo Valor
88/136.567.366-6 Silvana Batista de Oliveira
36056.001275/2016-38 R\$ 399,42
APS CASCAVEL:
Nº Benefício Nome Processo Valor
07/098.569.535-8 José Porfírio Neto 35043.000442/2013-67 R\$ 1.556,08
41/064.367.042-4 José Batista da Silva 35043.000867/2011-12 R\$ 2.656,25
07/096.863.883-0 Maria Eunice Silva Gomes
36036.000213/2012-13 R\$ 1.532,92
21/117.823.198-1 Neuma de Fátima Albano Sousa
36036.000355/2010-19 R\$ 43.028,69

EM BRANCO